

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

ATA DA 89ª REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, DIA 18/06/90, SEXTA-FEIRA, ÀS 10.00 HORAS.

Às dez horas do dia dezoito de maio de mil novecentos e noventa, reuniram-se, na sala de reuniões do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, conforme registro de assinaturas no livro de presença, os Conselheiros: Prof. Herbert Meschessi Duarte, representante da Secretaria Nacional da Educação Superior; Prof. Aristides Rabelo de Vasconcelos, representante da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica; Prof. Eustáquio Pinto de Assis, Prof. Luiz Fernando Gomes Guimarães, Mary Márcia Balbi Viana, José Eduardo de Souza Caldas, representantes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, sob a presidência do Prof. Wilton da Silva Mattos. Abrindo os trabalhos e feitos os cumprimentos de praxe, o Sr. Presidente colocou em votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada, sem emendas, por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o processo nº 0808/90 - Tadeu Hudson da Silva - solicita alteração de regime de trabalho de 20 para 40 horas. O Sr. Presidente passou a palavra ao Consº Prof. Luiz Fernando Gomes Guimarães que fez um relato da situação do professor e sugeriu ao Plenário a alteração do regime de trabalho, ora solicitada, conforme consta do processo. A aprovação foi unânime, através da Resolução CD-014/90. O outro processo nº 2042/89-51 - Edson Maldonado Gama, solicitando, também alteração de regime de trabalho, foi entregue ao Consº Prof. Eustáquio Pinto de Assis para relatá-lo na próxima reunião do Conselho. Como esses dois assuntos só entraram na pauta para aproveitar a reunião, pois o motivo da mesma era a discussão do "Plano Collor", o Sr. Presidente assim se expressou: - "Senhores Conselheiros, o motivo básico desta reunião é muito mais grave e muito importante. É uma situação que todos nós estamos vivendo, todos nós MEC, em última análise, como brasileiros em função do novo Governo, de suas propostas, enfim, de uma situação nacional da qual, a priori, as

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

IFES ou as Instituições de Ensino, muito comodamente, se sentiam ante expectativa de estarem fora e na expectativa de reversão, 'mas nós estamos mais dentro do que nunca. Conseqüentemente, é um momento muito difícil, de extrema gravidade e, obviamente, tenho vivido isto permanentemente, desde há algum tempo, quando da posse do Presidente Collor, em função de uma conjuntura política que nós todos educadores estamos vivendo e acompanhando o processo das Instituições de Ensino e, na minha visão mais simplista, eu diria que chegamos à hora da verdade. E, obviamente, como 'dirigente da Casa e Presidente deste Conselho, eu não tenho alternativa, tenho que dividir com os senhores a responsabilidade, até porque as decisões e o nosso comportamento frente a este problema terão de ter o referendium do Conselho Diretor. Portanto a partir deste momento ficam os Senhores convocados em caráter 'permanente, até que estas questões sejam dirimidas. Eu vou procurar fazer um breve histórico de como a coisa foi encaminhada, o que é de fundamental importância, para que os Senhores tenham claramente o sentimento da real situação para que nós, inclusive, administremos conflitos e certos terrorismos que estas coisas 'estão gerando. Nós fomos convocados pelo Ministro da Educação, no dia 14, para uma reunião ministerial com a presença do Secretário de Administração, Dr. João Santana, com todos os Reitores e todos os Dirigentes das Instituições de Ensino Superior Federais, nas quais se incluem os CEFET's e as Isoladas. Foi distribuído 'um documento preparado pela Secretaria de Administração, do qual tomamos conhecimento, e já sabíamos que esta reunião estaria centrada no problema de cortes na estrutura da Administração Federal, mais especificamente na estrutura do MEC. Esse era um documento onde a Secretaria de Administração Federal propunha metas no enxugamento da máquina federal e esta meta tem como parâmetro básico a redução de 30% no custo de pessoal do Governo Federal. Num primeiro momento, esse documento já listava todas as 51 instituições federais de nível superior, além de listar outras Escolas 'Técnicas de grau inferior, enfim todas. Já mostrava uma tabela com o quantitativo de servidores, uma coluninha com 30% de redução, número de demissões a serem implementadas. E esse número 'de demissões deveria ser implementado a partir de, ou até 18 de

WSP

pl

Scil

2

Y
Banc
20

junho, cabendo ao CEFET/MG, nessa coluninha, 190 demissões, à UFMG mais de duas mil, ao CEFET/PR, 247 e ao CEFET/RJ, 207, etc. Ao conjunto das Escolas Técnicas, um total de três mil ou mais. Eu não tenho nenhuma dúvida em dizer para os companheiros que 190 demissões na nossa Casa, hoje, são a inviabilização funcional e aí são os nossos alunos que estarão pagando grande parte de tudo isto. Uma vez que a reunião estava marcada para as 14.00 horas, por convocação do Presidente da Associação Nacional das Instituições de Ensino Superior, todos os dirigentes se reuniram, a partir das 9.00 horas, para buscar algumas diretrizes sobre como encarar o problema. Chegamos, depois de três horas, em pontos de vista diversificados, mas unânimes a algumas premissas de que a medida, se linearizada, iria realmente ser catastrófica. Por consenso dos dirigentes e visando facilitar a comunicação, o Presidente do CRUB, o Prof. Eduardo José Pereira Coelho, Reitor da Pontifícia Universidade Católica da Campinas falou em nome de todos os dirigentes. Fomos para esta reunião, na sala de despacho do Ministro, com um sistema bem montado de imprensa - jornais, rádios e televisões - aquela parafernália da mídia que o governo administra tão bem. Ali nos instalamos com a presença do Ministro Chiarelli, Sr. João Santana, o Secretário da SENESU, o Secretário Executivo do MEC, Prof. Luitgard, e o Secretário da Administração Geral do MEC. O Sr. Ministro foi logo dizendo que a situação é complexa e que o MEC não poderia ficar omissos na reforma administrativa e passou a palavra para o Dr. João Santana e este disse que o único Ministério com qual ele se dispôs a discutir, justamente para buscar uma solução consensual, tinha sido o MEC, exatamente porque ele via nisso a excepcionalidade das Instituições, até porque ele estava ali como Secretário de Administração, oriundo de uma Universidade, dizendo, inclusive, que a presença dele ali se dava para apoiar o Ministro, não no descumprimento das metas, que a meta dos 30% era do Governo e caberia ao Ministro implementar e a ele só cabia cobrar, mas que, dentro da prerrogativa de Secretário de Administração Federal, ele talvez pudesse articular, negociar prazos, algum "modus operandi", de maneira que a implementação pudesse ser a menos traumática possível, mas que tinha que ser feita. O companheiro Coelho colocou a posição dos Dirigentes das IFES e eu vou me permitir ler o telex

del

MA

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large signature at the bottom right.

que sintetiza bem qual foi a primeira posição dos Dirigentes. ' 'Reitores e Dirigentes de IFES reuniram-se, em quatorze de maio de 1990, com o Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, o Secretário da Administração Federal, João Santana e equipe do MEC para conhecer ' concretamente as propostas do Governo sobre corte de pessoal nas IFES anteriormente divulgadas na imprensa. O CRUB reiterou os seguintes pontos básicos: a) respeito intransigente pela autonomia universitária; b) o corte de 30% sobre o pessoal das IFES trará irreversíveis reflexos sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, constituindo verdadeira implosão do sistema; c) os Reitores respeitam e defendem a autonomia e, por isso não desejam manifestar-se sobre tão importante repercussão sem ouvir os órgãos colegiados das IFES; d) a especificidade e complexidade das IFES, não comportam medidas lineares; e) o espírito de racionalização administrativa pode ser aplicado, desde que num processo de avaliação e sem prejuízo das atividades fim das IFES; f) os Hospitais Universitários e demais serviços à população, inevitavelmente, serão atingidos pelos cortes com prejuízos no atendimento a expressivos contingentes da população; g) os Reitores não deixarão de cumprir com seus papéis históricos e defender, com intransigência, a universidade pública; h) as universidades ratificam a disposição de participar dos esforços pela erradicação do analfabetismo, ampliando suas ações, inclusive oferecendo mais vagas em cursos no turnos. A proposta inicial do governo foi de que no prazo máximo de 18/06/90, as IFES deveriam cortar 30% do efetivo de pessoal com a distribuição de 70% do pessoal nas atividades fim e 30% nas atividades meio, desses 30% nas atividades meio, a meta da Secretaria é de 10% na Administração Central. O Governo colocou que fariam demissões de qualquer forma. Caso IFES não concordem, não haverá suplementação orçamentária. Após intensas discussões, o CRUB reiterou que os Reitores e Dirigentes não poderiam se manifestar em nome das comunidades universitárias e que, a princípio, vislumbrariam fortes reações contrárias às medidas. Ao final da reunião, frente à decidida posição do CRUB, o Ministro ofereceu a seguinte proposta: a) o corte dos 30% não ser feito numericamente, mas pode ser feito sobre a forma

W

pl

su

Handwritten signatures and scribbles on the right margin, including a large signature at the bottom right.

de economia na folha de pagamento; b) Governo reconhece especificidade das IFES e aceita processo de negociação, apenas para esse setor; c) o Governo reconhece o princípio da autonomia universitária e a impossibilidade de aplicação de medidas lineares; d) O Governo se dispõe para a análise de outra contraproposta de eventuais cortes, seja em volume, seja no prazo, eventual contraproposta poderá ser trazida ao MEC até 11/06/90 para processo de negociações. Frente a estas propostas, Reitores e Dirigentes das IFES decidiram levar a posição do Governo para análise e manifestação dos Conselhos Superiores das IFES, decidindo cronograma de continuidade do processo e tomada de posição frente à proposta. Cordiais Saudações. Prof. Coelho". Bom, isto retrata claramente qual foi a postura que os Dirigentes das IFES tiveram perante a reunião. E foi exatamente isto que o Prof. Coelho defendeu, e o Presidente do CRUB foi de uma habilidade a toda prova. Terminada esta reunião, houve uma única pergunta objetiva ao Sr. Santana, feita pela Vanessa, Reitora da UFMG, sobre se a margem de negociações poderia se escalar à implementação e a resposta do Ministro foi que era uma alternativa, uma proposta, que, "a priori", poderia ser discutida. Foi a única pergunta colocada. O Presidente do CRUB se manifestou mais algumas vezes, fazendo umas ponderações a algumas perguntas de parte a parte e, novamente, com muita habilidade, e deu-se por encerrada a reunião, com a perspectiva da reunião do dia 11 e fomos para uma nova reunião no CRUB para que pudéssemos avaliar o que ouvimos. Lá começamos as divagações e aí houve manifestações de parte a parte, uns tentando posições mais intermediárias, algumas conciliadoras, outras radicalizadoras. Importante fazer um parêntese quanto à colocação do Santana e do próprio Ministro, sendo que este disse que não pretende entrar um milímetro sequer na autonomia das Instituições, se houvesse uma recusa dos Dirigentes em não dialogar, não oferecer uma proposta, que o Ministério chamaria a si, a meta da factibilidade da proposta sem ferir a autonomia, simplesmente aplicando a lei e o que diz a lei. Nós temos uma Lei de Diretrizes Orçamentárias onde estão os orçamentos de todas as Instituições, aprovados pelo Congresso, só que o que está aprovado, hoje, no orçamento não nos vai permitir sobreviver, com muito otimismo, com muito

Wif
Baud
Santana

sacrifício, até maio. Em junho, nós não teríamos mais recursos para coisa nenhuma, nem pessoal, nem custeio, porque o orçamento estaria enxugado e não vai ser suplementado, até porque as suplementações propostas partem de um excesso de arrecadação e o excesso de arrecadação já está comprometido com o pagamento de dívida pública interna, então não há sobra. Como não há sobra, o Governo não repassa, como não repassa, não posso pagar se não tenho dinheiro, exercer autonomia, desta forma, é utopia. Pode ser vantagem para o Ministério, o mesmo pode dizer que não vai aceitar a nossa proposta, porque ele tem outra que já foi entregue e isto nos atralhariá em muito. Eu fiz ver a eles que nós temos questões básicas e eu não posso concordar em ver a nossa administração, hoje de nível superior, trabalhando com 27 FC's, enquanto outras com 895 funções comissionadas. A média de algumas universidades é da ordem de 600 funções comissionadas. Acho também que esse prejuízo deve ser administrado da forma mais socializada possível, não tem jeito de você tomar medidas que punam exclusivamente o docente, também não tem sentido você transferir todo esse ônus só para o pessoal administrativo. É muito difícil, numa IFE, você dizer quem está na atividade fim, quem está na atividade meio, e se coloca aquela grande pergunta: A escola funciona só com professor? Claro que não. Na administração central, tudo bem, você pode delinear claramente, mas quanto ao pessoal administrativo da área meio, da área fim é um negócio muito sério, pessoal de laboratório, de apoio, é uma questão que prende e é muito complexo achar uma isonomia. Logicamente, essa é uma opinião minha, muito pessoal, eu não vejo outra forma de encaminhar uma discussão por segmento, ou seja, nós temos de criar, de estabelecer padrões numéricos de eficiência, de produtividade, por Instituição. Então, isto é só para os senhores avaliarem a minha situação, enquanto situação política, no meio deste contexto, porque, até o dia 23, nós temos que partir unidos, até porque o Presidente do CRUB está oferecendo para falar por todos nós, e eu jamais tomaria a iniciativa de quebrar isto, até porque nós não temos cacife para tal. Qual não foi a minha surpresa ontem, quando o Prof. Zélio, do CEFET/RJ, telefonou-me informando que "O Globo" que circulava naquele dia trazia uma declaração, dois depoimentos do Reitor da UFRJ e do Reitor da Universidade do Paraná. A UFRJ disse

[Handwritten signatures and scribbles on the right margin]

[Handwritten signatures and scribbles on the bottom left margin]

que a decisão dela é que não acataria a opinião do Ministro, em nome da autonomia, e que a única coisa que poderia encaminhar ao Ministro, como contribuição, seria a eliminação, ou redução, das funções gratificadas e comissionadas, e que implantaria na Universidade do Rio de Janeiro o regime jurídico único, com o conseqüente não recolhimento dos 8% do FGTS. Eu não sei como o Ministro está vendo isto. Bom, nesse momento, eu já considero que esse compromisso formal do espírito de corpo foi quebrado, ainda que ele tivesse esta proposta, deveria ter enviado para a reunião do dia 30 para ser discutida, avaliada e ser encaminhada oficialmente, o que já deixaria o Presidente do CODESFI um pouco mais tranquilo. Certamente no dia 22 a gente vai ver como caminha a nível de CODESFI e vamos colocar claramente, na reunião da Associação Nacional dos Docentes Federais o nosso ponto de vista e eu não vejo outra alternativa a não ser caminharmos compartimentados, por exemplo: para administrar um CEFET qual a média? Mas numa linha também de raciocínio não de corte, não de acabar, que, como está pedindo o Governo, seria uma quota de sacrifício. As ações deveriam ser encaminhadas no sentido de deixarmos de fazê-la durante algum tempo, até que a situação melhore, quando a situação melhorar, aí a gente retomaria aquelas possíveis vantagens que pudessem ser negociadas. Colocado isso, eu vou pedir depois ao Cons^o Prof. Luiz Fernando que fale sobre o caso, também para ele implementar algumas ações, eu tomei a seguinte decisão, no retorno, reunir a nossa Diretoria e ontem eu achei por bem nós fazermos uma reunião com todos os Conselhos a título de informar de viva voz os fatos que eu relatei aqui. Para evitar o terrorismo, porque dá realmente uma situação constrangedora. Na segunda-feira nós estaremos fazendo assembleias de manhã, à tarde e à noite com todo o corpo docente e administrativo, também passando as mesmas informações. Cabe a nós as decisões, logicamente nós precisamos sentir como a comunidade vai receber essas notícias e também avaliar junto com as outras Instituições. Enquanto estas ações forem desenvolvidas, nós começamos a fazer algumas avaliações do que poderia ser passível de implementar, o que seria menos traumático, até que a gente pudesse formar juízo de valor e eu pudesse levar um sentimento médio para a reunião do dia 23. Então, o Prof. Luiz Fernando, disse: - "Em primeiro lugar, quero distribuir esta tabela

edp

8

e dizer que nós fizemos uma série de avaliações com várias alternativas, e para evitar interpretações errôneas, de terrorismos, informo que nenhuma delas é ainda uma proposta, o que nós fizemos foi levantar informações para que o Sr. Diretor, em Brasília, tenha parâmetros. Com isso, nós trabalhamos com cinco alternativas diferentes e estas alternativas nos levaram a vários percentuais de redução diferentes. O quadro apresentado pelo Prof. Luiz Fernando foi discutido item por item, como: substituição de chefia; abono pecuniário; contrato suspenso; transferências; cancelamento de vagas; funções comissionadas; funções gratificadas; dedicação exclusiva, gratificação de raio X; gratificação de produtividade; periculosidade; regência de classe; reembolso de creche; redução de carga horária e 13º salário. Todos esses itens foram calculados sobre a folha de pagamento do mês de abril. Na alternativa I, o índice proposto de redução seria de 23,6%; na alternativa II, seria de 19,8%; na alternativa III, de 8,7%; na alternativa IV, de 16,8% e na alternativa V, seria de 11,4%, lembrando que esses índices de redução foram calculados sobre o total da folha de pagamento do mês de abril. Após discussão, alguns conselheiros se manifestaram, oferecendo outras alternativas de redução na folha de pagamento. O Consº Prof. Herbert Meschessi Duarte sugeriu a VI alternativa, com o fechamento da UNED-Leopoldina, simplesmente entregando ao Sr. Ministro da Educação a chave desta Unidade Descentralizada, alternativa esta endossada pelos Conselheiros Eustáquio Pinto de Assis e Mary Márcia Balbi Viana. O Consº Eustáquio Pinto de Assis, também se manifestou sugerindo a alternativa VII, que seria a redução de uma hora diária de serviço com a conseqüente redução de 11% nos salários, durante um período de dois meses, solicitando ao MEC uma perícia na Escola, para verificar se realmente precisamos de enxugamento. A Consª Mary Márcia acha que, se realmente houver necessidade de corte, que este seja feito nas mesmas proporções, para docentes e administrativos e ela também é a favor da entrega da UNED-Leopoldina. O Consº Prof. Luiz Fernando tornou a dizer que o quadro de alternativas apresentado serviria apenas de subsídio para o Diretor se nortear na próxima reunião em Brasília. O Sr. Presidente, disse: -"Ontem, quando falava para os Conselhos da Casa,

uma professora me perguntou se eu não deixava nas entrelinhas um medo de tomar decisões, confesso para os senhores que fiquei até razoavelmente nervoso, porque, como eu disse a ela, medo é palavra que ainda não faz parte do meu vocabulário, mas por outro lado, como dirigente, menos do que medo é preciso prudência, é preciso bom senso, e evitar a demagogia. Eu vou externar para vocês um ponto de vista, em função da experiência, do convívio, de como as coisas irão se encaminhar. Eu conversava agorinha mesmo com os companheiros do Pará, do CEFET/MA o meu sentimento é o seguinte: qualquer nota que nós fôssemos estabelecer, qualquer postura, qualquer premissa básica de conduta como a nota da UFMG, ou qualquer outra nota, serviria para expressar o nosso ponto de vista, "a priori", que é, e foi o que eu coloquei no início da nossa reunião, a não concordância com nada que está sendo colocado, simplesmente não cumprir e pagar para ver. Muito bem, eu não tenho praticamente nenhuma dúvida de que os Reitores, na sua totalidade, pelos seus Conselhos, irão tomar ou fazer declarações semelhantes a essa, que não têm gordura, que são contra, enfim tudo isso que nós falamos aqui. Algumas Instituições não têm esses dados que nós temos aqui, que a maior parte das Isoladas, eu vou dizer que a totalidade das Isoladas, é capaz de mostrar e eu vou ter a certeza disso no dia 23, na nossa reunião, que, talvez, pela primeira vez, os Dirigentes estão tendo que fazer uma análise caso a caso das suas reais repercussões institucionais. Eu não tenho nenhum constrangimento em assumir a inteira responsabilidade, não só como Diretor do CEFET/MG, mas como Presidente do CODESFI, de endossar e partir para um confronto direto em cima dessas discussões, são absurdas, não têm o menor nexó, agora eu tenho uma preocupação maior, nós podemos pôr a ficha e pagar para ver, agora me passa um sentimento de que o confronto, ainda com todo poder de mobilização pública, depoimentos de deputados, senadores, ainda que nós revertêssemos essa mídia toda, ainda recentemente nós lemos na Folha de São Paulo, os alunos da USP reclamando e a USP está fazendo uma análise. há muito tempo, se esse confronto é político num momento como este, porque o sentimento que eu tenho hoje é de que o Governo vai fazer independente de qualquer coisa. Eu posso até, amanhã, ou na semana que vem, estar com isto tudo reformulado e esse é o tipo da briga, isso é preciso ficar muito claro, se vocês não entenderem, me questionem, porque às vezes

eu não estou me expressando bem. Quero que vocês entendam a posição das Isoladas. Se nós chegarmos ao CRUB e fizermos uma nota, igual à da UFMG, como nota uníssona da totalidade das IFES, eu assino em baixo, mas, intimamente, eu vou estar num problema de consciência, porque eu não posso aceitar que o argumento que vale para o CEFET/MG, que o argumento que vale para o CODESFI, valha para a UFRJ, eu não posso aceitar que o que justifica a posição das Isoladas valha para algumas das Universidades do Nordeste, eu assino, vou morrer defendendo, mas que eu vou me sentir com a consciência tranqüila, não vou não, eu não tenho dúvidas nenhuma de que o confronto vai ser estabelecido e aí o Prof. Wilton, Diretor do CEFET/MG, Presidente do CODESFI e membro da Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior vai estar numa situação crítica, porque obviamente, por questão corporativista, não é prudente que nós façamos um discurso fora, o meu sentimento é que os argumentos das Isoladas não podem ser os mesmos para as Universidades, é um sentimento do CODESFI e todos nós sabemos disso e aí surge aquele problema, se os caras forem fazer a coisa linear, no momento em que você abre o confronto, eu não tenho nem como dizer, a gente corta, radicalmente, qualquer encaminhamento de negociações, quer dizer eu não vou ter alcance. Ministro está aqui a UNED, Ministro estão aqui os meus dados, Ministro eu quero uma auditoria, caso a caso, onde cortar, porque no momento em que a gente toma uma posição linear, esses argumentos acabam, acabam em nome do absurdo, da arbitrariedade, da autonomia e você fala duas horas, e aí o que fazemos, vamos rachar o movimento e vamos tentar abrir uma negociação e aí o Presidente do CODESFI e possivelmente do CONDITEC e outros vão se indispor com as Universidades. É saudável isso, poderia até ser prudente agora. No futuro, como é que isso fica perante a comunidade? Se as isoladas partem solidariamente para um confronto com as Universidades, como é que as Associações de Servidores vão encarar isto. Então, a minha grande pergunta e a grande colaboração dos senhores neste momento é a gente refletir um pouco e aí, nesse caso, o que fazer ou vamos esperar acontecer para nos posicionar? O Cons^o Prof. Aristides disse que o Governo, com isso, está deixando na mão dos Dirigentes e Reitores uma responsabilidade muito

WJ

WJ

WJ

WJ

WJ

WJ

grande, porque é muito difícil para Diretores e Reitores tomarem essas medidas, porque ali sentem a emoção de cada um, a necessidade de cada um, o Ministério que faça os seus parâmetros, que pregue a sua verdade e tenha a sua doutrina, porque pelo jeito que estou vendo aqui, as Escolas Isoladas vão apresentar relatórios que estão dentro dos parâmetros normais do próprio Ministério ou abaixo. O Sr. Presidente respondeu ao Conselheiro: dizendo: - "Se houver uma decisão unânime de que não se negocia, então eu não vou ter chance nem de procurar o Secretário ou o Ministério para levar esses dados, levar em termos, porque o Ministério está ciente deles, ele tem isso nas mãos, não é nenhuma novidade, mas o problema é que eu fico numa situação de corporativismo, porque se eu for procurar para defender isso, a imagem que vai passar é que, apesar de se fechar contra, eu estou tentando argumentar e contra alguns associados". O Prof. Aristides disse: - "É que o Ministro com sua honestidade, com toda a vontade que ele tem de solucionar problemas, ele deve tomar isto a si e fazer os seus parâmetros, porque do jeito que está, nós vamos tirar é das nossas necessidades, em benefício do excesso dos outros, quer dizer, nós estamos tirando do que não temos, exatamente para proteger o excesso dos outros". O Cons^o Prof. Luiz Fernando, disse: - "De tudo isto que foi dito aí, agora, criou-se um impasse em nome de uma autonomia que não temos, e o Ministério aproveita desta situação que estamos vivendo agora e diz: vocês são autônomos, então façam". O Sr. Presidente, retomando a palavra, disse: - "Acrescem-se a isso dois exemplos: O MEC instituiu oito comissões que eu não vou discutir se são ou não são pertinentes, dessas oito comissões, algumas da autonomia, outras tratam do processo de avaliação, outras tratam de concurso vestibular, outras de Hospital de Ensino e Residência Médica, outras de pesquisa universitárias, avaliação institucional, expansão do sistema e por aí afora. O CODESFI foi convidado, juntamente com o CRUB, ANDES e FASUBRA a participar de várias delas. Para todas o CRUB foi convidado, inclusive o CRUB é coordenador da autonomia universitária e não indicou nenhum representante, muito menos a ANDES. O CODESFI está representado. Esse é que é o grande parâmetro, essa é que é a grande questão. Então, para sermos bem práticos, o CRUB adotando uma posição radical, o CODESFI deve ou não endossar esse posi-

cionamento? Eu gostaria de ouvir a opinião de cada um dos companheiros". O Cons^o Prof. Herbert Meschessi foi o primeiro a se manifestar, assim dizendo: - "Eu lembro a expressão do meu pai: em festa de inhambu, jacu não entra. O problema que eu vejo é o seguinte: as universidades vão tomar uma posição que eu acredito radical, elas têm bagagem para isto, agora eu acho que o CODESFI deverá agir com muita cautela, não no sentido de covardia, mas de prudência e um pouco de capacidade de discernimento do andamento das coisas. Não adianta o CODESFI ficar agora com uma responsabilidade muito grande de uma decisão, pois às Universidades Federais e às Fundações vai caber a maior parcela de decisão. Eu acho que, por uma questão de prudência, tem de se caminhar no sentido de verificar o andamento dessas conversações e acho também que prudência nesse sentido é válida". O Cons^o Prof. Aristides, disse: - "A gente hoje se ressentem um pouco da ditadura, de conhecimento. As Universidades, as Escolas são autônomas, mas o que significa autonomia? Significa ter as suas leis próprias, limitadas naturalmente pelas mais altas. Os Ministérios são autônomos, autônomos até esbarrarem na Constituição. O Presidente é autônomo, autônomo até esbarrar na Constituição, então, a verdade é que o Ministério é que deve propor primeiros os seus parâmetros para ver quem está com autonomia, além dos parâmetros, no nosso caso, os nossos parâmetros são esses, nossos relatórios são esses, as comprovações são essas e pedimos até consultoria imediata para comprovar se estamos ou não dentro dos parâmetros do MEC. E, acho que o Ministério não quer resolver este problema. Se quiser, terá de colocar normas e ver se todos estão de acordo com as normas. É obvio que, se caminhamos sozinhos, iremos perder a partida, nós devemos estar juntos, e meu voto é no sentido que estejamos juntos com a maioria". O Cons^o Prof. Luiz Fernando, disse: - "Eu vou manifestar o meu ponto de vista, com a visão que tenho, isto significa uma situação muito séria, está chegando o momento. Vou recordar para vocês o que eu disse há quase um ano atrás, vai chegar o momento em que a ruptura do sistema será inevitável, isto é uma questão até física. Há um ano atrás, eu já dizia que vai chegar o momento de confronto entre as próprias Instituições ligadas ao CODESFI. Vai chegar o momento em que se vai comparar o sistema, vou falar do sistema, porque nós somos oito. O sistema

CEFET com a Escola de Odontologia de Diamantina, não há como compará-los. Se eu fosse Ministro, estaria fechando-a há um ano atrás, como não se justificam outras Escolas que estão por aí. Como Conselheiros, eu quero dizer mais, trata-se de uma questão de sobrevivência da Instituição a que estamos ligados e o CEFET/MG faz parte do sistema fim e é uma alternativa da Educação Tecnológica do País, porque se nós colocamos o sistema no mesmo rol da ineficiência, da incompetência, da irresponsabilidade, nós estamos nos arriscando a fazer sucumbir e aí eu pergunto o que fazer: nós devemos seguir no conjunto ou apresentar uma posição diferente? Eu diria que em determinados instantes sim, quando for necessário, apresentar uma posição diferenciada, conforme colocada a posição, eu diria que, num determinado instante e este instante está muito próximo, o CEFET/MG não pode ser confundido com as outras, não pode ser nivelado por baixo". A Cons^a Mary Márcia acha que o Diretor deverá tentar negociar de todas as maneiras, e também que nós não temos nada a temer. Se o MEC quiser fazer auditoria na Escola, constatará que nós não temos gorduras e estamos abaixo dos parâmetros exigidos, na parte do pessoal administrativo. O Cons^o José Eduardo disse que concordava com tudo que o Presidente dissera e endossou a tese do colega Prof. Herbert, com relação à UNED-Leopoldina. O Cons^o Prof. Eustáquio Pinto de Assis, assim se expressou: - "Eu estou de acordo com o Prof. Luiz Fernando, porque se nós sabemos o que está acontecendo na Universidade e caminhamos junto com ela, nós estaremos, realmente, apoiando o excesso de pessoal, a má administração. Torno a repetir, endosso totalmente o que o Prof. Luiz Fernando disse. Devemos sair fora, vamos caminhar fora deles, vamos separar". O Sr. Presidente, continuando, disse: - "Eu faria a vocês só mais uma pergunta, antes de encaminhar meu raciocínio final. Eu entendo, eu fiz a pergunta de propósito, quando eu coloquei os senhores na parede, é exatamente a situação em que eu estou e para os senhores sentirem que o negócio não é e não será fácil. E nesse raciocínio, eu pergunto aos Srs. Conselheiros: será que a nossa comunidade administrativa e docente vê a coisa por esse parâmetro, será que o corporativismo de nossos docentes, de nosso pessoal administrativo, FESAFESE, FASUBRA, será que a nossa comunidade entenderia uma possível proposta como essa última encaminhada? Por-

que eu confesso a vocês, a nível do próprio CODESFI, com as 16 Instituições que o compõem, tirar o consenso de que não se deve discutir demissões, já foi problema e pelo menos dois desses 16 achavam que teria que haver demissões, em 51 Instituições o negócio vai ficar complicado". O Cons^o Prof. Herbert Meschessi perguntou: Dentro desta contextura, qual a posição do Congresso Nacional? Não se ouve, eu estou falando, não se vê uma notícia seja televisiva, jornalística, nenhum político falar em defesa, nós aqui, o Prof. José Elias Murad, Otávio Elísio e outros tantos por aí, está todo mundo omissos. O Sr. Presidente respondeu dizendo que só na Hora do Brasil eles se manifestam. Só para vocês verem a complexidade da situação. A Constituição diz que 50% dos recursos do Ministério da Educação deverão, constitucionalmente, ser alocados ao ensino fundamental na erradicação do analfabetismo, então, hoje, 86% do orçamento do MEC são consumidos exclusivamente com as IFES, então não vai ter congressista, não vai ter deputado, senador que vai sair para imprensa dizendo que o MEC tem que continuar gastando 86% dos seus recursos para educação superior para sustentar este sistema que está aí, porque há um dispositivo constitucional que manda gastar 50%. Então, o Ministro estaria extremamente a cavaleiro para, "a priori", no mínimo, cortar 36% deste orçamento de imediato, o que fecharia literalmente as Instituições de Ensino Superior. O Prof. Aristides, disse: - "Eu quero voltar a essa nota do jornal, dessa Reitora. Essa senhora, dizem que foi muito bem votada, deve entender de Universidade, deve entender de aulas, deve entender de aluno, deve entender de ensino e aprendizagem, mas uma senhora dessas vem falar numa UFMG, onde o nível de aluno é em torno de sete e o nosso e quatorze, há um erro, e ela diz que a Universidade está certa, então eu pergunto, onde está o parâmetro"? Bom companheiros, disse o Sr. Presidente só para a gente encaminhar, e aí eu quero que vocês entendam a gravidade da situação e porque que eu estou convocando o Conselho Diretor em caráter permanente. Eu vou colocar aqui a minha posição em relação à reflexão dos companheiros e em face da complexidade da situação. Eu entendo que o confronto será inevitável, não tenho nenhuma dúvida de que as Universidades vão bater em cima da autonomia, autonomia essa, hoje, que ainda que a Constituição não nos outorgou em seu texto, também não

nos tirou a autonomia e no caso dos CEFET's ela é lei e não foi revogada e, no caso da maioria das Isoladas, apesar de não constar também em lei, elas atuam nessa linha e, em nome da autonomia dos Conselhos, eu tenho a impressão de que a coisa vai caminhar da seguinte forma. A nível de CRUB e CODESFI, eu vou dizer que há entendimentos diferenciados e devido à complexidade da questão, da especificidade institucional de cada uma, seria extremamente pertinente, talvez redundasse em maior praticidade que os dois Conselhos trabalhassem numa análise de per si, cada um fazendo suas análises, e, obviamente, enquanto Presidente do Conselho, e o Presidente do CRUB disse, e muito bem, ainda que haja os Conselhos, ainda que haja o endosso e o aval dos filiados a esses Conselhos, tem de se preservar acima disso a autonomia das Instituições, porque, com esse discurso, eu consigo, talvez, fazer uma cizânia menos traumática do encaminhamento, e ainda assim consigo, dentro do próprio CODESFI, dentro das segmentações especificadas, consigo uma análise de per si e a gente talvez possa fechar o canal com o MEC. Para encerrar esta fase quero agradecer a colaboração do Conselho e dizer que este órgão já passou por situações não tão difíceis como esta, mas tomamos posições em outras questões, talvez similares, e tivemos que tomar posições definidas e duras e tomamos, sem propaganda, sem jornal, sem discurso. Então, realmente para mim, enquanto Presidente e Diretor do CEFET/MG, é realmente uma forma de conforto e apoio o trabalho de vocês e eu espero que a gente permaneça assim até a gente superar, eu acredito que é uma transição e saberemos superar isto de uma maneira bem satisfatória. Quero novamente agradecer, não vou dar por encerrada a reunião, até porque nós estaremos em convocação permanente. Às dez horas do dia vinte e nove de maio de mil novecentos e noventa, o Sr. Presidente continuou a reunião com a presença dos mesmos Conselheiros, exceto do representante discente, cuja presença foi do Wolmer Souza Coutinho. O Sr. Presidente se expressou dizendo: - "Nós fizemos, depois daquele trabalho, três assembléias com o pessoal docente e administrativo, a nível de informação sobre a situação atual. Na semana passada, nós tivemos uma reunião, em Brasília, juntamente com o CRUB e separadamente com o CODESFI e o consenso é de que os Reitores querem negociar uma forma de redução de custo, logicamente que nesta redução

[Handwritten signature]

[Handwritten notes and signatures on the right margin]

de custo se descartam, "a priori", as demissões. E é lógico, até por uma questão política, nenhum Reitor ou Dirigente vai de per si dizer que há necessidade de demissão em sua Instituição. Eu só queria lembrar, aqui, uma intervenção do Reitor da Universidade Federal de Pelotas, inclusive eu tenho na minha mesa um calha maço de manifestações das Universidades e Escolas e quase todas seguindo aquela linha de não demissão, aqueles discursos que a gente já conhece. Ele fez uma intervenção muito interessante de que, a certa altura desse discurso todo, ele achava estranho que, de repente, a probidade, a eficiência da coisa pública fosse alguma coisa ocasional e uma medida do Presidente Collor cria uma polvorosa tão grande, a nível das Instituições Federais de Ensino. E que ele, sendo Reitor há mais de um ano e meio, partia da premissa de que a probidade na gestão da coisa pública deve ser uma constante, ela tem que ser permanente e que ele se sentia surpreso e lhe passava exatamente o sentimento de que essa eficiência e probidade eram um negócio ocasional na cabeça dos dirigentes. Houve um consenso genérico e aí foi levantada uma série de questões como nós fizemos aqui. Inclusive talvez por falta de experiência, ou habilidade da ASCEFET, quanto àquele trabalho que apresentamos na reunião passada, aquela análise, aquele estudo e houve a divulgação disso pelas paredes e isto criou a maior polêmica entre os servidores da Casa. É lógico que a nossa comunidade tem de aprender a buscar informações nas fontes corretas. Aquelas análises eram levantamentos internos para a Diretoria Geral e Conselho Diretor, um documento que eu chamaria de reservado ou confidencial e que, até então, só serviria para uma reflexão da própria Instituição. Bom, posto isto, o CODESFI adotou a seguinte postura, eu inclusive, na última reunião, redigi uma nota que foi informada ao Presidente da Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior e ao Presidente do CRUB em nome do CODESFI. A nota tem o seguinte teor: - "As Instituições que se congregam no CODESFI, por decisão unânime, após minuciosa análise da realidade de cada uma de suas instituições, decidiram que não há a menor condição de se atender à proposta de redução em 30% do custo com pessoal, tendo em vista que nossas instituições já praticam alto nível de eficiência segundo qualquer critério. Desta forma, deliberam apresentar ao MEC e à so

du

Q

///

w

8

///

B

Paul

///

cidade os dados que confirmam estas conclusões no sentido de se restabelecer a verdade dos fatos. Qualquer outra proposta de redução só poderá ser acatada se for de forma isonômica e se adotada no âmbito geral das IFES". Esta foi uma posição consensual do CODESFI e, conseqüentemente, do CEFET/MG. Agora isto não significa que não caiba a cada um de nós dirigentes uma análise de per si da sua Instituição. Nós estamos trabalhando num levantamento, em todo o CODESFI, da real situação do perfil das nossas Instituições. Infelizmente, mesmo num grupo relativamente pequeno de quinze instituições, nós temos, pelo menos, duas instituições que não nos informaram os dados. De qualquer forma, o papel do Conselho é coletar esses dados. O Sr. Presidente exibiu ao Plenário um quadro que está sendo elaborado com todas as variáveis possível como: relação professor/aluno, relação professor/servidor, relação custo operacional, número de leitos. Enfim vamos apresentar um quadro o mais abrangente possível. Só para vocês terem uma idéia, eu já tenho a sinopse da área tecnológica de cada instituição, os cursos, área de terreno, área construída, se tem hospital, clínica, número de leitos, o número de alunos ativos, número de servidores técnico-administrativos, a relação dos docentes em 20h, 40h e DE, relação aluno/técnico-administrativo, relação aluno/docente, relação servidor/hospital, número de pacientes/leitos, número de funções comissionadas e gratificadas. O MEC detém esses dados, porém não batem com os nossos. E com isto está havendo uma propaganda injusta para com as Instituições que se congregam no CODESFI. Uma das Instituições que não forneceu os dados é a ESAM, Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Ela nos informa que fez uma reunião na última sexta-feira, com toda a Escola e que foi assumida a posição de não concordar com a decisão do CODESFI de negociar isoladamente do CRUB. Acontece que nós não estamos negociando isoladamente, até porque a nota oficial do CODESFI está clara. O que acontece com a ESAM, ao sonegar estas informações, é que ela passa por um problema sério, porque ela tem dois funcionários administrativos por aluno. É uma informação que eu pediria aos senhores para não divulgar, ela foi dita somente para vocês entenderem a posição dessa Instituição. Eu terminei de fazer o levantamento, a nível da área tecnológica, cujas instituições são CEFET/MG, CEFET/RJ, CEFET/PR, CEFET/MA, CENTEC/BA e a EFEI. Estas Instituições congregam cer-

Handwritten notes and signatures on the right margin of the page, including a large signature at the bottom right.

ca de 18.329 alunos, a nível de 2º grau, nos setores primário, secundário e terciário da economia, capacitando os alunos em 15 diferentes cursos técnicos, além de outros 20.000 alunos em curso de extensão e educação continuada, não regulares. Esse trabalho é realizado com um contingente de 1.152 professores da carreira de 1º/2º graus, nos regimes de 20h, 40h e DE, com uma média de 15,90 alunos/professor. A nível de 3º grau e pós-graduação, são beneficiados 5.392 alunos, atendidos por 343 docentes da carreira de ensino superior, nos três regimes de trabalho, com a média de 11,97 aluno/professor, sendo que a média das Universidades está em torno de sete. Para atender as necessidades operacionais de todos os níveis, elas possuem 1.475 servidores técnico-administrativos, o que dá uma relação de 16,08% aluno/servidor, sendo que mais de 80% deles em atividades fim, no global, as seis Instituições na área tecnológica somam 23.721 alunos e 1.605 docentes, o que dá uma relação de 14,78 aluno/professor. Na administração dessas Instituições, são utilizadas 101 funções comissionadas e 472 funções gratificadas, num total de 573 cargos, ou seja 17,1% da força de trabalho remunerada, o que faz este número ser um pouquinho elevado em função do número grande de funções gratificadas, o que talvez pudesse ser melhorado. É bom lembrar que a média da repercussão financeira dessas FC's e FG's na folha de pagamento de cada Instituição é da ordem de 3 a 5%, no máximo. Esse tipo de análise eu estou aprontando para todo o sistema, então vocês observem que só o sistema tecnológico tem 23 mil, quase 24 mil alunos, se nós contamos hoje com 350 mil, a nível de curso superior, só a área tecnológica detém quase 10% deste alunado. Para os senhores terem uma idéia, em todo sistema CODESFI, as 15 Instituições gastam no ano passado 4,9% de todo o recurso do MEC, este ano a previsão é da ordem de 3,90%, a nível de orçamento inicial. São exatamente esses os dados que nós vamos entregar ao Ministro da reunião do sistema CODESFI, dia 31, às quinze horas, mostrando para ele que somos um sistema altamente eficiente, sob qualquer tipo de critério. Nessa reunião, nós estaremos apresentando a posição oficial do CODESFI. Acreditamos que seja pertinente uma análise caso a caso, por Instituição, semelhantemente ao que nós já vínhamos desenvolvendo a nível de CEFET, com uma estrutura mais homogênea é perfeitamente factível fazer-se uma análise da distribuição de funções. Há posições de Reitores, e eles sabem disso, que existe um número

muito grande dessas funções, sendo pagas, sem a devida prestação de serviços ou acompanhamento. No caso da nossa Instituição, nós sabemos que não existem maiores distorções, até porque o nosso percentual dessas remunerações é relativamente baixo, mas nós sabemos que há Instituições que pagam isto de maneira generalizada e, logicamente, isto aumenta o custo da folha de maneira muito significativa. Outras questões que têm sido lembradas, a nível de consenso, se referem aos professores com duplo contrato, uma análise dos professores que são aposentados e contratados novamente, os servidores que têm o 1.971 incorporado. Esses são os tópicos que a gente tem ouvido e alguns Reitores estão caminhando nesta linha, no sentido da análise. Obviamente, foi pedido a cada Instituição do CODESFI que levasse o seu quadro, a sua real situação e possivelmente nós teremos duas alternativas nessa reunião Ministerial: ou o grupo delega ao Presidente que faça uma exposição e dialogue com o Ministro, a nível de CODESFI, ou então cada uma de per si fará um breve comentário. Existem particularidades que nós devemos discutir, no caso, por exemplo da área de saúde, porque quando você pega o número de servidores administrativos de um hospital e divide pelo número de alunos, lógico que isto vai dar um ou um e meio, ou dois, agora há que se lembrar de que esta divisão não procede, porque, se você desconta os funcionários comprometidos com a movimentação do hospital, esta relação cai brutalmente. No caso da Medicina de Uberaba, a Organização Mundial de Saúde recomenda, no mínimo, três servidores por leito, e ela trabalha com dois ponto quatro. Então está muito abaixo da recomendação mínima da OMS e estes são dados que o MEC não conta e que nós vamos procurar contar. Especificamente, na nossa situação, o que eu quero colocar para vocês e pediria para os senhores refletirem é com relação a uma posição oficial do CEFET/MG. Na minha visão, minha proposta é exatamente mostrar a nossa real situação. No caso específico do CEFET/MG já estávamos discutindo uma estrutura mínima e este estudo continua. É possível que a gente consiga fazer redução ainda que pequena em número de funções nesta reestruturação. Não temos a menor condição de discutir de missões. No problema das demissões, vamos dizer assim, nós teríamos aí um argumento muito forte, que é Leopoldina. Vamos dizer que é o ás na manga, vamos supor que o Governo radicalize, então

Handwritten notes and signatures on the right margin of the page, including a large scribble and several illegible signatures.

Wol

tudo bem, vocês tomam Leopoldina e estamos conversados. Infelizmente a gente não tem outra forma de fazer. Esquecendo este fato extremo, a minha proposta é que vamos mostrar a nossa real situação, nós abrimos uma discussão, na busca do aumento da nossa produtividade, que eu já considero extremamente alta. Estou mandando fazer um levantamento semelhante àquele que já fizemos, para verificar se é significativo tudo isso que eu disse aqui, como: - professores com dois contratos, incorporação, etc, esses dados que estão sendo discutidos. Vou dizer claramente ao Ministro que a gente não só quer, mas exige, a busca da eficiência e dizer também, claramente, que nós são seremos boi de piranha, até porque o CODESFI já foi punido recentemente por ser mais honesto do que o resto ou por acreditar mais, porque, na entrega dos veículos, o CODESFI, por consenso e depois por delegação do Presidente, solicitou a todas as isoladas que entregassem os carros de representação e eu sei que há Instituições que não entregaram, e eu disse isto ao Secretário da SENESU. Se a medida é para todo mundo, ela tem que ser para todo mundo. E eu citei um exemplo que é o pagamento das FC's, a retribuição da FC, a partir de outubro do ano passado, quando fixaram que o limite das FC's não poderia ultrapassar o teto máximo, isto é, não poderia ser maior que o salário do Ministro ou seja, duzentos e vinte e nove mil cruzeiros, e o CODESFI sempre respeitou este limite. Então não há nenhum salário pago pelas isoladas superior ao teto máximo do Ministro. Mas há Reitores ganhando quatrocentos, quinhentos e até seiscentos mil cruzeiros, quer dizer, eles nunca respeitaram o limite. A minha proposta para o MEC é que se constitua uma comissão de auditoria, com representantes do CRUB, CODESFI e outros para fiscalizar estes fatos. São dois fatos simples para mostrar a hipótese do absurdo que uma busca de eficiência da nossa estrutura consiga reduzir em 5% o nosso custo de pessoal. Tudo bem, nós podemos até implementar, desde que todas implementem. Por exemplo: vamos supor que nós de finamos pela suspensão do pagamento de periculosidade e insalubridade, etc., eu acho que extinguir não tem jeito, porque é de lei, nós só vamos implementar isto se for praticado por todos. Companheiros, para não ser tão prolixo, queria propor, e eu não sei se os senhores concordam, que seria interessante nós, nesse momento, tentarmos fazer uma nota oficial com a posição do CEFET/MG e do Conselho Diretor, de forma que nos posicionemos e mandemos di

que

11

Artes

vulgar à comunidade para dar uma certa tranquilidade, porque todos estão se manifestando, até porque esse trabalho, também, vai municiar a imprensa e ser divulgado. Os senhores devem ter visto, do mingo, uma reportagem grande da UFMG e nós temos que colocar alguma coisa na imprensa do próprio CEFET e do próprio CODESFI, exatamente para que a sociedade saiba o que nós estamos fazendo, para que não sejamos interpretados de modo diferente. Então a minha proposta, eu não sei se esta nota do CODESFI poderia ser a base, como começo para uma nota oficial do Conselho Diretor em relação ao posicionamento da Instituição, ao nível de encaminhamento que se está dando, ao nível dos estudos que se implementam e deixar claro para a comunidade que estamos tentando marchar isonomicamente com todas as Instituições. Eu pediria ao Cons^o Prof. Luiz Fernando que coordenasse a redação desta nota, seria uma nota curta, sem detalhes, só para darmos um posicionamento genérico, e constando do texto que qualquer medida que venha a ser tomada seria junto com a comunidade, através de seus órgãos representativos, mesmo porque, até então, não recebi nenhuma manifestação oficial das duas entidades. Torno a repetir que fiz três assembléias, de manhã, tarde e noite, onde estavam presentes os Presidentes da ASCEFET e ADCEFET e nenhuma manifestação por parte delas me foi encaminhada. Após a proposta do Sr. Presidente, a nota foi redigida e aprovada, nestes termos: - "O Conselho Diretor do CEFET/MG, face às últimas recomendações do Governo Federal, relativas à redução nas despesas de pessoal, vem manifestar-se de forma oficial e definitiva sobre o assunto. Porque o quadro de pessoal, tanto docente como administrativo, está numericamente abaixo dos limites propostos pelo próprio Governo para o bom exercício do sistema educacional técnico, não se pode entender viável qualquer corte no seu orçamento de pessoal, daí concluir que qualquer demissão será em detrimento das atividades desenvolvidas pela Instituição. Não obstante, tendo em vista a atual situação do País, considera razoável uma análise que vise à racionalização da estrutura para o efeito de uma redução no custo da manutenção da organização a um prazo médio, para que se evitem prejuízos irreparáveis para a Instituição. E por último, o Conselho Diretor considera que toda e qualquer medida de redução de custos só poderá ocorrer à análise de caso a caso, com critérios pertinentes às necessidades de cada Instituição, a fim de que se realizem os objetivos propostos pelo Go

WJP
D.
~~Handwritten scribble~~
L
M
Dated
~~Handwritten scribble~~
Handwritten scribble

verno. Desta forma, delibera que se apresentem ao Ministério da Educação e à comunidade os dados que confirmem estas conclusões, a fim de que se restabeleça a realidade dos fatos. Não obstante, o Conselho Diretor recomenda sejam evitadas quaisquer ações que impliquem o aumento das despesas de pessoal até definição da atual situação por que passam as Instituições Federais de Ensino. Prof. Wilton da Silva Mattos - Presidente do Conselho Diretor". Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra aos Conselheiros para suas comunicações. Somente o Cons^o Prof. Eustáquio Pinto de Assis solicitou a palavra para ler o ofício da SENETE ao Chefe do Departamento Acadêmico de Educação do CEFET/MG, o qual transcrevemos a seguir: - "OF.MEC/SENETE/N^o 838, em 23.05.90. Do Secretário da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, ao Chefe do Departamento Acadêmico de Educação do CEFET/MG. Pelo presente, agradeço a V.S.^a as informações encaminhadas a essa Secretaria, no tocante aos custos previstos para o ano de 1990, com o objetivo de dar continuidade aos Cursos Emergenciais de Licenciatura Plena Esquema I e II das Escolas Técnicas Federais da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Ouro Preto, as quais nos proporcionaram uma visão real das suas necessidades. Aproveito a oportunidade para parabenizá-lo pelo excelente trabalho que o CEFET/MG vem desenvolvendo nesta área. Atenciosamente. Zeli Isabel Roesler, Secretária da SENETE". Como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente pediu ao plenário que se mantivesse convocado até sua volta de Brasília. Agradeceu a presença de todos e reiterou a convocação permanente. Continuou a reunião no dia oito de junho de mil novecentos e noventa, sexta-feira, às quinze horas, com a presença dos Conselheiros: Prof. Herbert Meschessi Duarte, Prof. Aristides Rabelo de Vasconcelos, Prof. Eustáquio Pinto de Assis, Prof. Luiz Fernando Gomes Guimarães, Mary Márcia Balbi Viana, José Eduardo de Souza Caldas, sob a presidência do Vice-Diretor, Prof. Gilberto Sotto Mayor, em substituição do Prof. Wilton da Silva Mattos, Presidente do Conselho Diretor. Dando prosseguimento, o Sr. presidente deixou convocada a próxima reunião para o dia 15/06/90, sexta-feira, às quinze horas. Em seguida, foi apresentada a Resolução CD-015/90, aprovada "ad referendum" para homologação do Conselho, sobre o Regulamento da XIII META (Mostra Específica de Trabalhos

e Aplicações), a qual recebeu aprovação unânime. Continuando, falou sobre o processo nº 0801/90-01 - Prfª Aloísia Maria Ladeira de Teixeira, solicitando regime de Dedicção Exclusiva. Sobre este assunto, o Sr. Presidente informou que a Diretoria Geral havia negado o pedido da professora, considerando a situação atual e aquele documento do Conselho Diretor propondo, temporariamente, que se evitassem mudanças de regime de trabalho que implicassem aumento de despesas. A professora, então, enviou este processo ao Conselho, a nível de recurso. Continuando ele disse que havia solicitado à secretária que colocasse este assunto na pauta para que fosse indicado um relator, para estudar melhor o pedido da requerente e relatá-lo numa próxima reunião. Após discussão do assunto, o Consº Prof. Luiz Fernando fez uma explanação do pedido, constante do processo e propôs o seguinte: "O Conselho Diretor apóia o recurso, solicita que o processo seja devolvido ao Diretor de Ensino para que analise as causas da demora da tramitação do processo, sugerindo alterações para que outros problemas desta natureza não ocorram". Proposição aprovada, por unanimidade e o processo deverá ser devolvido à Diretoria de Ensino. Em seguida, o Sr. Presidente deu início ao assunto primordial da reunião, assim de expressando: - "Continuando as reuniões anteriores, o motivo principal de hoje é que seria o dia em que o Prof. Wilton deveria estar junto a este Conselho, burilando as ações que ele tomaria segunda-feira junto à SENESU, com relação aos cortes de gastos que o CEFET/MG possivelmente teria que fazer. Para isso, foi montada a seguinte estratégia: a Diretoria solicitou ao Departamento de Pessoal uma série de dados com relação a pagamento de pessoal. Levantados esses dados, nós convidamos elementos da Casa, para, em volta desta mesa, discutirmos alternativas de redução de nossos custos, tendo em vista algumas premissas básicas: 1º) não prejuízo para a qualidade do ensino; 2º) não diminuição da nossa eficiência, tendo em vista, também evitar penalizar, ao máximo, o corpo docente e administrativo. Foi colocado pelo Diretor-Geral que quaisquer medidas que ultrapassassem essas diretrizes ele as tomaria, se por acaso, o Presidente as tomasse, mas com o respaldo, pelo menos, dos setores representativos da nossa comunidade. Então aqui estiveram presentes o representante de todos os professores, através do presidente da ADCEFET, o representante de todos os servidores, através do presidente da

Wol



Prado



ASCEFET, o representante dos professores, da Assessoria do Diretor, os representantes da CPPD e CPPTA, dois representantes do Conselho de Professores, um representante do Conselho Departamental, dois representantes do Conselho de Ensino. Foi proposta para este grupo representativo de todos os segmentos do CEFET/MG uma reunião com o seguinte objetivo: discutir juntos as alternativas que o Diretor-Geral pudesse levar a Brasília para que, sendo necessário, ele pudesse propor ao MEC como e onde reduzir os custos de pessoal a nível de CEFET/MG. Ao final da reunião, foram listados cerca de vinte itens, cuja supressão não acarretaria prejuízos profundos nas nossas necessidades. Foram listados: adicional de periculosidade, gratificação de Raio X, gratificação de produtividade, adicional de insalubridade, gratificação de regência de classe, diminuição das funções gratificadas, substituição de chefia, dedicação exclusiva, abono pecuniário, diminuição dos valores das funções comissionadas, aposentados recontratados, o duplo emprego (dois contratos) e a gratificação de jeton. Ficou decidido, nesta reunião, que o Diretor não iria negociar nada, deixando o MEC falar primeiro. Desse total de itens, foram relacionados aqueles que seriam passíveis de redução numa primeira opção, tais como: o pagamento de substituição de chefia, pagamento de Raio X, o cancelamento das vagas existentes, cancelamento dos contratos suspensos, concessão de transferência, pagamento de jeton, redução das funções comissionadas e mudança de DE para 40 horas. Isto é o que a Escola está oferecendo para abrir uma negociação. Depois, se nada disso eles aceitassem, seria colocado assim sem muito trauma, o não pagamento do abono pecuniário, que representa quase 4%. Então o Prof. Wilton, com este bloco representativo da Casa, elaborou esta listagem de itens que seriam passíveis de negociações e eu gostaria de receber do Conselho Diretor emendas, apoio, retiradas, etc. Aproveitando a oportunidade, o Sr. Presidente fez leitura da exposição que acompanha o documento que o Prof. Wilton levará a Brasília, para conhecimento dos Conselheiros. Terminada a leitura, o Cons^o Prof. Luiz Fernando disse que, diante de tudo que fora dito pelo Prof. Gilberto, caberia agora ao Conselho analisar estas propostas, principalmente aquelas que são passíveis de negociações e referendá-las ou não. Todos foram unânimes em elogiar o bom trabalho apresentado e dis-

seram que o Diretor está no caminho certo e que o Conselho apoiaria "in totum" este documento. Na oportunidade, o Sr. Presidente determinou que se fizesse a duplicação do mesmo e enviasse aos Conselheiros. Como nada mais havia a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e lembrou que a próxima reunião estava marcada para o dia 15/06/90, às quinze horas. Continuou a 89ª reunião do Conselho Diretor, no dia treze de junho de mil novecentos e noventa, às 10.00 horas, reunião esta antecipada pelo Sr. Presidente, com a presença dos Conselheiros: Herbert Meschessi Duarte, Aristides Rabelo de Vasconcelos, Eustáquio Pinto de Assis, Luiz Fernando Gomes Guimarães, Mary Márcia Balbi Viana, José Eduardo de Souza Caldas, sob a presidência do Prof. Wilton da Silva Mattos. Abrindo os trabalhos e feitos os cumprimentos de praxe, o Sr. Presidente iniciou a reunião assim dizendo: - "Quero comunicar aos companheiros as últimas informações desta primeira etapa de negociações. Desde o primeiro momento, a grande preocupação nossa era fechar a questão contra as demissões, até porque no sistema CODESFI isto seria extremamente danoso, uma vez que, dentro deste sistema se insere o CEFET/MG. Se nós cogitássemos de demissões dentro do CEFET/MG, realmente iríamos voltar a nos prejudicar, perdendo talvez, um razoável nível de produtividade que se conseguiu com as últimas contratações, aquisições e concursos. Tudo começou no dia 23 de maio, com a primeira reunião do CRUB, onde foi feito um documento único, endossado pelo CODESFI, mostrando a ilegalidade da medida, os prejuízos que acarretaria, enfim este documento que nós já temos divulgado. O CODESFI, nesta semana, decidiu acompanhar e trabalhar junto às decisões do CRUB. Já naquele momento, em função do quadro que seria desenhado, o CODESFI decidiu, primeiro, restabelecer a verdade dos fatos, dos números que até então se tinha a nível das isoladas. Eu pedi, como Presidente do CODESFI, que todas as Instituições fizessem um levantamento, bem real, bem efetivo do seu perfil. Assim foi produzido um documento com o número de aluno/professor, aluno/servidor, etc. e este foi entregue à SENESU/MEC. No dia 30, o CRUB convocou outra reunião, no dia anterior eu convoquei o CODESFI e mais uma vez passamos discutindo o perfil de cada Instituição e deliberamos algumas ações, exatamente porque começou a permear uma ação política. Alguns Reitores achando que

WJP
Q
S
8
Rabelo






tinham mais é que levar os dados, discutir caso a caso, que não havia outra forma e uma corrente contrária, simplesmente, em nome da autonomia, aquele discurso todo que a gente conhece, que não vamos entregar, não vamos conversar, não vamos discutir e não chegaram a conclusão nenhuma. Havia um consenso de que se deveria rebater os dados que até então a imprensa vinha divulgando. Nestas circunstâncias, em face deste quadro, eu estabeleci com o pessoal do CODESFI que marcaria uma reunião com o Ministro, oficialmente, porque até então eu não tinha reunido oficialmente o segmento CODESFI, com o objetivo de levar ao MEC os dados reais da planilha do Conselho e estabelecer com ele algumas premissas, como da não demissão, a análise caso a caso, ou seja, os princípios genéricos para todas as IFES. Eu comuniquei ao CRUB esta reunião e, às quinze horas do dia 31 de maio, fomos recebidos pelo Sr. Ministro e toda equipe do MEC. Nesta oportunidade, eu li o documento oficial do CODESFI, o Ministro reconheceu a eficiência do sistema das Instituições Isoladas, mas pedia que cada dirigente apresentasse a sua proposta daquilo que cada Instituição poderia fazer. Por menor que fosse a forma de contribuição, deveria constar da proposta. Foi quando nós começamos a levantar aqueles dados. Eu pedi ao Prof. Gilberto para fechar, junto com aquelas comissões, alguns itens que nós considerávamos possíveis de serem administrados. Essa ação foi adotada pelo CODESFI e cada Instituição do CODESFI foi trabalhar nesta linha. Eu enviei um documento oficial para cada Instituição, para que elas oferecessem, sem sair das linhas genéricas, o que tinha sido estabelecido. Assim foi feito. Hoje é o último dia de prazo para entrega das propostas das Isoladas. A Dr^a Inis viajou, levando a nossa proposta. No dia 30, na reunião do CRUB, novamente foi indicada uma comissão das IFES com o objetivo de preparar um documento para ser encaminhado ao Ministro no dia 11. Esta comissão foi composta pelos Reitores de Uberlândia, Santa Catarina, Pernambuco, Pará e o Presidente do CODESFI. E nós nos reunimos, novamente, quarta-feira, em Brasília, tentando elaborar este documento. Nesta reunião, eu informei os companheiros do resultado da nossa reunião, a decisão do CODESFI de que cada Instituição iria apresentar a sua proposta ideal, dentro dos parâmetros. Essa comissão decidiu fazer um documento, no sentido de justificar o adiamento do prazo do dia 11 para mais 90 dias e elaborou um documento dizendo tudo aquilo que vem sendo falado há

muito tempo. Eu ponderei à comissão, obviamente voto vencido, que eu tinha absoluta certeza e que pegaria muito mal para os Reitores pedir dilatação de prazo, uma vez que o mesmo já havia sido adiado, a pedido do Presidente do CRUB, e que se eles chegassem com uma proposta desta, ouviriam do Sr. Ministro, um sonoro não e duvidava que o Ministro postergasse esse pedido. Fui voto vencido, estabeleci a prioridade da proposta do CODESFI, dei a eles o documento, trabalhei com eles até quarta-feira e o CRUB convocou, então, uma reunião para esta segunda-feira. Bem, feito isto, eu reiterei a minha posição ao CRUB e disse que tinha certeza do que ia acontecer na reunião com o Ministro, simplesmente ele iria abrir a reunião, ia fazer aquele discurso que nós sabemos de cor e sairia, porque tinha um encontro com a Ministra da Economia e que iria pedir a cada Instituição que negociasse isoladamente com a SENESU. Não deu outra. Eu fiquei muito satisfeito com isto, até porque os meus companheiros reitores achavam que o CODESFI não tinha sido muito prudente em abrir esta negociação caso a caso, ainda que respeitando os princípios genéricos. Hoje, estou recebendo informações de que algumas Universidades estão negociando caso a caso com o MEC. Posto isto, coube ao CEFET/MG levar, efetivamente, a sua proposta, então o Vice-Diretor fez aquela reunião com vocês, aprovaram-se aqueles itens e nós decidimos elaborar um documento e fizemos um perfil do que é o CEFET/MG. O Sr. Presidente fez leitura do documento, folha por folha, item por item, esclareceu as dúvidas suscitadas e ao final disse que este era o documento final que o CEFET/MG iria encaminhar ao MEC para análise do Ministro. Após explanação, o documento foi aprovado e o Sr. Presidente solicitou que duplicasse esse trabalho e enviasse, juntamente com a Resolução, uma cópia para cada Conselheiro. Continuando: "o nosso receio é que o MEC fosse tomar medidas lineares, e duas delas têm sido muito comentadas, a primeira é o corte da GRIPE e a outra é a suspensão do Abono Pecuniário. Como isto não é oficial, eu recomendei aos segmentos do CODESFI que não colocassem nenhuma proposta que envolvesse questões legais, tipo Abono Pecuniário, Gripe, Periculosidade, etc. porque essas são medidas com que a gente só concorda, se elas valerem para todos. Agora se o MEC determinar, isto é outra questão. Então só para fechar a minha colocação para os senhores, era reiterar que todos aqueles compromissos que eu estabeleci com os colegas, eu cumpri religiosamente, o que disse à

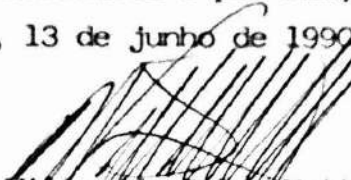
Wol
D
~~_____~~
S
M
D
M

comunidade, em que pesem as distorções, fofocas mil que houve, os senhores estão vendo o documento, esta é a cópia fiel do que foi enviado, é exatamente aquilo que foi estabelecido como critério e aprovado por todos nós. Eu faço absoluta questão disso, porque nós assumimos um compromisso com a comunidade e esse compromisso é sério e para valer. E eu quero deixar para os Senhores a seguinte: a nível de proposta do CEFET/MG, eu dou a questão por encerrada. A partir de agora, eu só discuto se vierem determinações de cima para baixo. Quanto a demissões, eu fecho questão, se o Diretor-Geral for obrigado a demitir, pede demissão primeiro. Eu acho que no nosso caso, não há de se falar em demissões. Talvez até pudéssemos falar, mas eu acho que, antes de se falar em demissão, é preciso que a gente busque outros valores. Então, eu quero dizer aos meus conselheiros que a proposta desta Diretoria se encerra aqui, essa é a posição que eu adotei como Presidente do CODESFI. As decisões do MEC deverão ser generalizadas. Eu quero dizer também aos companheiros que eu pedi ao Prof. Gilberto que convocasse aquela comissão que nós indicamos: CPPD, CPPTA e os Conselhos e que a partir de hoje vou pessoalmente levar essa proposta que é a decisão à comunidade, divulgar de viva voz e solicito que vocês também me ajudem a divulgar. E eu quero agradecer a aprovação deste documento que é a proposta do CEFET/MG". Terminada a explanação, o Sr. Presidente passou a palavra aos Srs. Conselheiros para que dela fizessem uso. O primeiro a se manifestar foi o Cons^o Herbert Meschessi Duarte, que assim se expressou: - "No contexto aí, ao chegar-se à depuração final, o CEFET/MG está apresentando um índice abrangente. Em primeiro lugar, eu quero dizer que aprovo este documento "in totum" e digo mais que a administração de V. Sa tem sido pautada por essa democracia, por essa abertura e realmente é um esforço que fez na montagem de um documento desta ordem, revelando a nossa realidade nua e crua, sem nenhum encobrimento. Então, a gente só tem que elogiar o trabalho, o esforço, a direção, a Casa como um todo. Por outro lado, a gente se coloca numa posição também, é bom que se diga como brasileiro, falando para os brasileiros, que o Brasil precisava de uma sacudidela no pé da roseira, que realmente nós estávamos caminhando para o caos. Então a gente se coloca na posição do Governo e governar é difícil. A gente tem que voltar àquele espírito de nacionalidade, àquele es

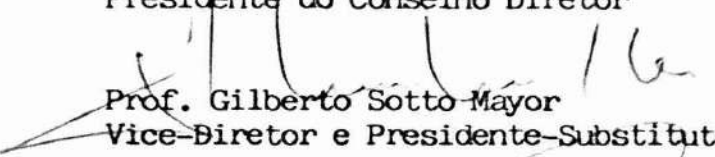
pírito de brasilidade segundo o qual a coisa maior é o bem estar do povo como um todo. Então eu acredito, depois desse desaguar de emoções, o que o Governo quer é conscientizar o povo, conscientizar a administração pública e para isso ele precisava realmente balançar a roseira. Isso é uma reciclagem por que o serviço público está passando e que este serviço público quer uma resposta melhor possível. Mas voltando, só tenho a elogiar o trabalho da administração, da alta direção do CEFET/MG em elaborar este trabalho que não deve ter sido fácil, mas é um trabalho muito bom". O Cons^o ' Luiz Fernando Gomes Guimarães, disse: - "Eu queria fazer dois comentários. O primeiro é uma questão que está me preocupando de mais, porque ela implica na qualidade e no futuro da Instituição, que é com relação à dedicação exclusiva. Ao se apresentar a opção de nossos docentes retornarem do regime de DE para 40 h. eu quero entender e não posso. Não só como Conselheiro, mas como Diretor de Ensino, não posso concordar jamais que isto signifique um congelamento do nosso número de professores em Dedicação Exclusiva. ' Nós temos feito um esforço muito grande para desenvolver no CEFET/MG uma massa crítica, de modo a dotar, principalmente a nível de 3º Grau, a Instituição de um corpo de professores capaz de dar ' andamento e propiciar à Instituição condições de desenvolvimento ' na área acadêmica. Se esse documento, se esta oferta significa um congelamento de DE, gostaria de que isso ficasse bem claro, nós ' não estaremos congelando a concessão, nós poderemos estar assumindo compromissos de uma análise mais séria, mais apurada das novas contenções, mas nós não podemos, de forma alguma, mesmo porque isto contraria a Lei e nós estamos querendo evitar demandas legais. A Lei atual diz que nas Instituições de Ensino, a permanência no regime de 40h é opção do docente, ele deve adotar o regime de DE ou 20h, cabe a ele optar por permanência em 40h. Então me preocupa este aspecto, isto não significa congelamento. O outro aspecto é de racionalização administrativa, é a opção pela não demissão. Não deve significar também um amarramento na mão da administração. Eu já tenho feito algumas análises a nível da Diretoria de Ensino, abertamente com os interessados, e tem sido colocado, ' inclusive pelos membros do próprio setor, que nós temos distorções. Eu quero deixar bem claro que nós não estamos pensando em demitir servidores, mas eu já tenho conversado com membros do Setor Médico-odontológico e eles são os primeiros a reconhecer que este se

uf
①

8





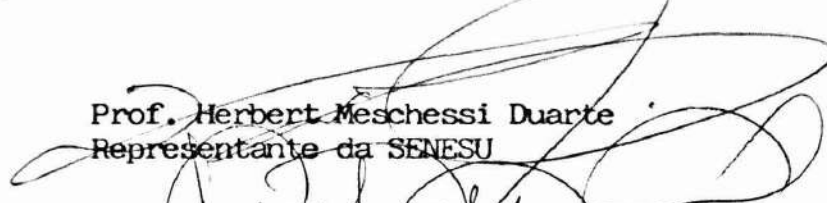
tor carece de uma racionalização, inclusive, eu já tenho o compromisso de dois dos médicos de pedirem demissão. Eles mesmos estão pedindo para serem colocados em disponibilidade, porque entendem que não cabe dentro da situação atual a permanência deles aqui, uma vez que nós temos um convênio com o Hospital Vera Cruz com custo, para a Escola, da ordem de cinquenta mil cruzeiros mensais. ' Eram essas Senhores Conselheiros, as minhas preocupações". Como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e disse que a partir desse momento dava por encerrada a convocação permanente. E, nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados às 12.20 minutos. Determinou que eu, Belmira Augusta Martins, secretária do Conselho Diretor, lavrasse e datasse a presente ata que vai assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Conselheiros e por mim, depois de lida e aprovada. Belo Horizonte, 13 de junho de 1990.



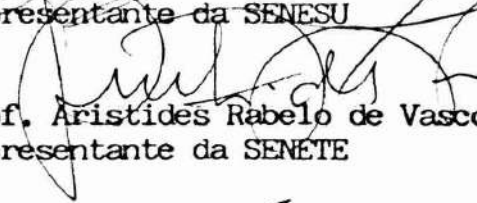
Prof. Wilton da Silva Mattos
Presidente do Conselho Diretor




Prof. Gilberto Sotó Mayor
Vice-Diretor e Presidente-Substituto




Prof. Herbert Meschessi Duarte
Representante da SENESU



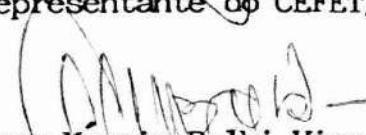
Prof. Aristides Rabelo de Vasconcelos
Representante da SENETE



Prof. Eustáquio Pinto de Assis
Representante do CEFET/MG



Prof. Luiz Fernando Gomes Guimarães
Representante do CEFET/MG



Mary Marcia Balbi Viana
Representante do CEFET/MG

José Eduardo de Souza Caldas
Representante do CEFET/MG

Wolmer Souza Coutinho
Wolmer Souza Coutinho
Representante do CEFET/MG

Belmira Augusta Martins
Belmira Augusta Martins
Secretária do Conselho Diretor